

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.353 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2001

Senado decide se estrangeiro pode votar e ser eleito vereador

Plenário deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que permite ao estrangeiro residente há pelo menos oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar mandato de vereador

PÁGINA 2

O impacto das concessões

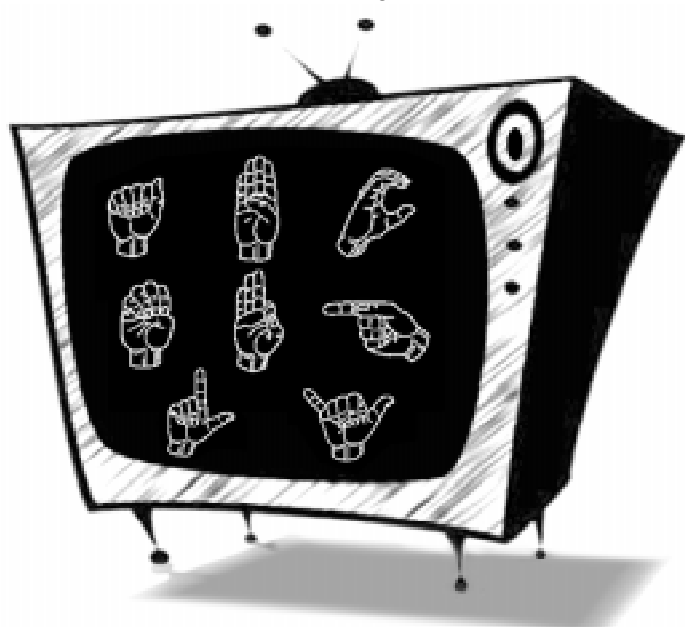
As concessões de serviços públicos deverão ser precedidas de relatório de impacto econômico-social que leve em conta:

- Número de empregos gerados
- O impacto sobre as finanças públicas, incluindo-se aí o efeito sobre a arrecadação de impostos
- Custo financeiro a ser repassado para os agentes privados
- O impacto sobre o custo da produção agropecuária, quando houver



CAE analisa proposta que impõe mais rigor às concessões públicas

PÁGINA 3



Projeto obriga governo a usar língua de sinais em suas mensagens na TV

PÁGINA 4

Sarney pode ter seu projeto examinado ao mesmo tempo em que se desenvolve em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo



Comissão de Justiça deve examinar amanhã cotas para negros

Relatório sobre o projeto de lei do senador José Sarney está pronto para ser votado na reunião de amanhã

Está pronto para ser votado na reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o relatório sobre o projeto de lei que estabelece cotas de 20% para negros no acesso a cargos e empregos públicos, à educação de nível superior e a contratos de financiamento de

manutenção de alunos em cursos superiores. A garantia foi dada ontem pelo senador Sebastião Rocha, relator da matéria na CCJ, em pronunciamento no Plenário. O relator antecipou que o voto será favorável à aprovação da proposta, de autoria do senador José Sarney.

PÁGINA 8

Medida provisória que altera Código Florestal gera polêmica

O índice de reserva legal para preservação na região amazônica, fixado em 80% por medida provisória e reduzido a 50% pelo relator, deputado Moacir Micheletto, gera polêmica. A senadora Marina Silva não concorda com a redução e deve pedir vista da matéria, o que pode adiar sua apreciação, prevista para hoje.

PÁGINA 4

Senado decide se estrangeiro pode votar

Proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Álvaro Dias concede ao estrangeiro residente no país há pelo menos oito anos o direito de votar nos pleitos municipais e disputar mandato de vereador

O Plenário deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite ao estrangeiro residente há pelo menos oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar mandato de vereador.

Em defesa da proposta, Álvaro Dias argumenta que diversos países têm dado ao estrangeiro domiciliado o direito de participar da vida política da cidade em que mora, devendo o Brasil fazer o mesmo. Em sua opinião, a exclusão do direito de voto torna essas pessoas cidadãos de segunda classe.

Também hoje, os senadores deliberam sobre proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o candidato ao



Álvaro: em vários países, estrangeiro já tem direito ao voto

Senado de indicar parente próximo para suplente. Ela argumenta que, nas últimas eleições para o Senado, alguns candidatos registraram como suplentes o cônjuge, o filho, o pai ou até o genro.

Em regime de urgência, será votado projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que altera a Resolução 78/98 do Senado, que disciplina as operações de crédito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, visando permitir que os administradores interessados na contratação de empréstimos instruam mais facilmente seus pleitos.

De autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), será votado projeto estabelecendo norma para as operações de crédito no âmbito do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).



TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 19/01, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para incluir a comprovação do cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimo; PR nº 13/01, altera a redação do inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de suas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PR nº 31/01, dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros; votação, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direito ao estrangeiro de participar da vida política do município de domicílio); votação nominal, em turno único, do PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

COMISSÕES

10h — Subcomissão de Turismo

Pauta: instalação, eleição de presidente e vice. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLS nº 45/99, modifica a Resolução do Senado nº 22/89, que estabelece alíquotas do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais; PLS nº 56/99, altera o parágrafo 3º do art. 12 da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 34/01, altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; Ofício "S" nº 16/01, solicita seja analisada a possibilidade de regulamentação no sentido de que a Anatel ou concessionárias possam cadastrar obrigatoriamente os usuários de serviço de telefonia celular pré-pago; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 52/01, dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do governo federal; PLS nº 76/01, denomina "Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias" o edifício-sede do TRE de Roraima; PDL nº 111/00, denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.166-67, que altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). *Ala Senador*

Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — CPI das ONGs

Pauta: depoimento dos integrantes da CPI de Terras e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa de Roraima (RR), Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho; da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados, Sérgio Carvalho; e da Associação Amazônia, Christopher Julian Clark, Francisco Adamar Lima Guedes e Plínio Leite da Encarnação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 163/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de José Viegas Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de embaixador do Brasil junto à República da Belarus e do Casquistão e da Geórgia; Mensagem nº 192/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone, com a presença do presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

9h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias e de projetos de lei (crédito suplementar). *Plenário da Câmara dos Deputados*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); PDL nº 42/00, aprova o texto final, após modificação daquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção; PLC nº 56/01, dispõe sobre a criação de cargos de procurador da justiça, promotor de justiça e promotor de justiça adjunto no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLC nº 41/01, altera a redação do art. 26, parágrafo 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLC nº 20/01, denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 440/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS

nº 200/00 com os PLCs nºs 14/98, 91/00 e 13/01 e com os PLSs nºs 657/99 e 32/00, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 459/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 424/99, de sua autoria.

COMISSÕES

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: substitutivo ao PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; substitutivo ao PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais; PLS nº 109/01, altera a Lei nº 9.096/95 e a Lei nº 9.504/97, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha de candidatos; PLS nº 229/00, proíbe a arregimentação ou propaganda de bocas-de-urna no dia da eleição; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 43/00, modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 7/01, acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 50 da Constituição federal (dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos); PEC nº 38/00, dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do *caput* do mesmo artigo; PEC nº 89/99, altera seção à parte permanente da Constituição federal, dispondo sobre a atividade de perícia oficial; PEC nº 4/99, acresce dispositivo ao art. 18, que estabelece normas sobre a criação de municípios; PLS nº 113/00-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 125/90, fixa diretrizes para conservação de energia; Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao substitutivo ao PLS nº 196/95, concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para debater sobre as Diretrizes e Programas Prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia, para o ano de 2002. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 184/00, regulamenta a profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: 1ª parte: audiência pública com a presença dos presidentes João Acácio Gomes de Oliveira Neto, da DTA Consultoria S/C, Fernando Lima Barbosa Vianna, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), e João Aristides Saldanha da Fonseca, do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco nos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião, com a finalidade de prestar informações relativas a reportagens no jornal *Gazeta Mercantil* e revista *Veja* sobre a eficiência e a eficácia do porto de Santos. 2ª parte: apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquelmas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Deputados e presidente da Associação Amazônia depõem na CPI das ONGs

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) toma hoje, às 17h30, os depoimentos de dirigentes da Associação Amazônia e dos deputados estaduais Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas, respectivamente presidente e relator da CPI da Assembléia Legislativa de Roraima que investigou a utilização de terras indígenas.

A pedido da senadora Marina Silva

(PT-AC), o deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Câmara dos Deputados que apurou a grilagem de terras na Amazônia, também foi convidado a participar da reunião.

Segundo a relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o presidente da Associação Amazônia, Christopher Julian Clark, e outro membro da

organização, Plínio Leite da Encarnação, devem dar detalhes sobre a atuação da entidade. Marluce argumentou em seu requerimento de convocação que a Associação Amazônia é acusada de ter adquirido irregularmente área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima. Além disso, a senadora pretende saber qual a interferência da ONG em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional.

Na reunião, a CPI, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), vai receber dos deputados estaduais as conclusões da CPI da Assembléia Legislativa de Roraima que, ao tratar de assuntos indígenas, investigou a atuação de organizações não-governamentais no estado e seu envolvimento com o uso inadequado de terras.



Marluce Pinto quer dados sobre aquisição de terra pública pela ONG

Acidente com plataforma P-36 da Petrobras pode ter novo debate

O afundamento da plataforma de petróleo P-36, ocorrido na Baía de Campos, no Rio de Janeiro, pode voltar a ser discutido em audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), deve ser votado hoje pelo colegiado a partir das 11h.

Cândido solicita a presença do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn. Ele também quer ouvir o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, e de representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A intenção é esclarecer aspectos relativos ao processo de extração, produção e transporte de petróleo, com destaque para a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras.

A fixação de cota mensal mínima de consumo de água a ser ofertada gratuitamente para famílias de baixa renda também será examinada pela comissão. A proposta foi apresentada pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) e conta com o voto favorável da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).



Geraldo Cândido pretende ouvir o presidente da Petrobras sobre o caso

Pelo projeto, o consumo superior à cota mínima estabelecida seria taxado de forma progressiva, tendo em vista o equilíbrio econômico-financeiro das companhias de saneamento básico e a preservação dos aspectos sociais dos serviços. Está previsto ainda que a falta de pagamento de três contas, sucessivas ou não, poderá gerar suspensão no abastecimento.

A CI também deve pronunciar-se sobre proposta do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte para obrigar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou concessionárias a cadastrar os usuários de serviço de telefonia celular pré-pago. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) emitiu parecer pelo arquivamento da iniciativa.

Proposta na CAE impõe mais rigor às concessões públicas

Conforme o projeto, autorizações para que empresa explore serviços públicos devem ser precedidas de relatório de impacto econômico-social

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje projeto de lei do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que torna mais rigorosas as concessões de serviços públicos feitas pelo governo. A proposta, segundo o relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que apresentou parecer favorável ao texto, objetiva "evitar ações lesivas ao patrimônio público".

O projeto altera a Lei nº 8.987/95, acrescentando artigo pelo qual todas as concessões de serviços públicos deverão ser precedidas de relatório de impacto econômico-social que leve em conta o número de empregos gerados, o custo financeiro a ser repassado para os agentes privados, o impacto sobre o custo da produção agropecuária, quando houver, e o impacto sobre as finanças públicas,



Osmar Dias, autor, e Roberto Saturnino, relator do projeto, querem evitar ações lesivas ao patrimônio público

incluindo-se aí o efeito sobre a arrecadação de impostos.

O relatório terá de ser submetido ao exame do Poder Legislativo do estado, município, Distrito Federal ou território responsável pela concessão. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que abdicou do seu poder terminativo sobre a matéria para permitir à CAE o exame do mérito da proposta.

A CAE também deve examinar



hoje projeto de lei elaborado a partir de proposta da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, estabelecendo regras e condições para o planejamento e execução da política monetária, com exame prévio do Congresso Nacional.

Devem ser examinadas ainda as seguintes propostas: a que determina a aplicação de no mínimo 40% dos recursos obtidos com as privatizações na área social; a que fixa novas obrigações para as companhias distribuidoras de gás de cozinha; a que prevê a renovação de garantias da União a créditos de R\$ 91,6 milhões destinados ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana; e pedido de autorização para que o Ceará contrate crédito externo, junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 37,5 milhões.

Subcomissão de Turismo será instalada hoje

Vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Subcomissão de Turismo será instalada hoje, a partir das 10h, quando também serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado. A subcomissão foi criada por iniciativa do senador Moreira



Moreira Mendes: subcomissão discutirá potencialidades do setor

Mendes (PFL-RO), com o objetivo de levantar as potencialidades do setor no Brasil.

Segundo Moreira Mendes, o Brasil aparece hoje na 39ª posição no ranking de países que mais recebem visitantes no mundo. Considerando esse desempenho "modesto", o senador defende estímulos a iniciativas no setor, o qual avalia

como muito promissor, tendo em vista a receita de cerca de US\$ 17 bilhões gerada pela in-

dústria turística nacional.

Na opinião do senador, a exploração do potencial turístico interno requer cooperação entre as diversas esferas de governo e a iniciativa privada. "Além disso, é preciso que o Congresso Nacional se engaje mais diretamente no desenvolvimento do setor", afirmou.

A Subcomissão de Turismo também tem como integrantes os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Wellington Roberto (PMDB-PB), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Paulo Hartung (PPS-ES).

Senadores discutem criação de "site" sobre idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso reúne-se hoje, às 10h, para debater a criação de site na Internet que terá informações sobre as leis referentes à terceira idade e as decisões tomadas pelo colegiado. O site disponibilizará, inclusive, e-mail para o envio de mensagens à subcomissão.

Instalada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão deve analisar

também proposta de instalação de uma linha 0800 para receber sugestões e denúncias. A linha deverá ser instalada no gabinete do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), presidente da subcomissão.

Os membros do colegiado debatem ainda a data da audiência pública que pretendem realizar com a apresentadora Hebe Camargo, o cantor e compositor

Juca Chaves e a cantora Inezita Barroso.

Na pauta de hoje está ainda a definição de agenda de trabalho que inclui os dias e horários de reuniões da subcomissão e a realização de visitas aos estados para analisar, com autoridades locais e órgãos ligados aos idosos, medidas que podem ser colocadas em prática para melhorar a situação da terceira idade.

Projeto exige língua de sinais em mensagens do governo

Obrigatoriedade da linguagem para portadores de deficiência auditiva, em exame na Comissão de Educação, inclui a propaganda eleitoral na TV

A Comissão de Educação (CE) deve examinar em caráter terminativo, hoje, a partir das 11h30, projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que torna obrigatório o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as mensagens do governo federal e na propaganda eleitoral gratuita veiculadas pela televisão. A matéria conta com parecer favorável do senador Nilo Campos (PSDB-RJ), na forma de um substitutivo.

Comparado ao projeto original, o substitutivo de Nilo Campos faz ligeiras alterações no uso da linguagem voltada para portadores de deficiência auditiva. Na transmissão de pronunciamentos de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário e de campanhas institucionais, as mensagens deveriam ser interpretadas em Libras e transcritas na forma de legenda oculta. No caso da propaganda eleitoral, os programas poderiam ser transmitidos em um sistema ou em outro.



Emilia Fernandes é autora da proposta que beneficia quem tem deficiência auditiva

Composta de 16 itens, a pauta da reunião da CE inclui ainda projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que denomina o prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima de "Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias" e projeto da Câmara que acrescenta o nome do sociólogo Gilberto Freyre na denominação do Aeroporto Internacional dos Guararapes, localizado no Recife (PE).

Quanto aos 13 itens restantes, são projetos de decreto legislati-

vo autorizando o funcionamento de rádios comunitárias nos estados de Pernambuco, Maranhão, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Na quarta-feira, a partir das 10h, a CE promove audiência pública com a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, sobre as diretrizes e os programas prioritários da pasta para 2002. A discussão foi solicitada pelo presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Pedido de vista deve adiar votação da medida provisória que altera Código Florestal

A senadora Marina Silva (PT-AC) deverá pedir vista da medida provisória que altera o Código Florestal. O pedido adiará por pelo menos um dia a votação da proposta, que estava prevista para hoje, e que fixa em 80% o índice de reserva legal para preservação na região amazônica, liberando o restante para a atividade agropecuária. O relator da proposta, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), propõe a redução da reserva legal para 50%.

Marina é favorável à manutenção dos 80% e do zoneamento econômico da região feito pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) servindo de base para possíveis alterações. "Qualquer flexibilização teria que ser referendada pelo Conama", explica a senadora.

O adiamento da votação da medida provisória na Co-



Marina Silva deseja discussão da proposta da Contag

missão Mista do Congresso permitirá, conforme avaliação de Marina, a discussão de proposta formulada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) que sugere um escalonamento da restrição para propriedades abaixo de 200 hectares baseadas na produção familiar.

Moreira Mendes lamenta atraso na decisão do Congresso

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou o possível adiamento da votação da MP que altera o Código Florestal, a partir de pedido de vista anunciado pela senadora Marina Silva. Ele afirmou que o assunto vem sendo discutido há seis anos e que um pedido de vista terá caráter "meramente protelatório".

Moreira Mendes disse que a sociedade exige uma definição do Congresso e que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) está exercendo prerrogativas do Parlamento ao legislar sobre

questões ambientais. "O Conama não foi eleito para representar o povo", criticou.

O senador previu que a comissão mista que analisa a MP deverá aprovar o relatório do deputado Moacir Micheletto, que reduz de 80% para 50% o índice de reserva legal na Amazônia. Moreira Mendes apresentou, junto com a bancada da Região Norte, emenda que isenta da obrigatoriedade de manter a reserva legal as propriedades adquiridas antes de 28 de maio de 2000.

— A idéia é garantir o direito ad-

quirido, como determina a Constituição. Sem a emenda, daqui a dez anos teremos que pagar outro esqueleto, como o do FGTS — avaliou.

Moreira Mendes atacou a proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), segundo ele baseada em critérios políticos sob o argumento da defesa do pequeno proprietário.

— A proposta da Contag é menos preservacionista que a do deputado Micheletto, uma vez que permite até o desmatamento total em áreas até 35 hectares — disse.

Comissão vota tetos tarifários sobre importações agrícolas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprecia hoje, a partir das 17h30, projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias. A CRE também deve analisar projeto da Câmara que proíbe o uso, fabricação, importação e estocagem de minas terrestres antipessoais.

A comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), vota ainda a indicação para que o embaixador brasileiro na Rússia, José Viegas Filho, represente cumulativamente o país junto à República de Belarus, República do Cazaquistão e República da Geórgia. A comissão aprecia também a escolha do diplomata Carlos Alberto Ferreira Guimarães para o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria.

vamente o país junto à República de Belarus, República do Cazaquistão e República da Geórgia. A comissão aprecia também a escolha do diplomata Carlos Alberto Ferreira Guimarães para o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria.

Será votado ainda requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que o Senado transmita ao chefe de Estado de Israel, da Autoridade Nacional Palestina e ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas manifestação de apoio às iniciativas de paz na questão judaico-palestina.

CAS volta a debater uso de silicone no organismo humano

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) dá prosseguimento hoje, após a Ordem do Dia, à série de audiências públicas destinadas a debater o uso médico do silicone, com a presença do presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira.

As audiências públicas têm por objetivo instruir projeto em debate na comissão, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que proíbe o uso do silicone líquido em procedimentos médicos. O projeto também estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, chamou a atenção para a importância da audiência pública em que Edson de Oliveira explicitará a posição do Conselho

Federal de Medicina sobre as interpretações do artigo 46 do Código de Ética Médica, que trata do consentimento prévio por escrito para a realização de procedimentos estéticos, terapêuticos, reparadores e eletivos.

Sebastião Rocha explicou que, em audiência pública realizada na semana passada, surgiram interpretações divergentes sobre a utilização desse termo de consentimento. Representantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica discordaram da obrigatoriedade do consentimento por escrito, argumentando que a concordância poderia ser verbal. Para Rocha, relator do projeto de lei na CAS, a autorização tem que ser feita por escrito.

Rocha destaca sucesso de simpósio sobre planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou o sucesso do simpósio sobre planos de saúde realizado na semana passada no Senado Federal. Para o parlamentar, o evento "foi um grande passo na construção de uma legislação mais democrática" para o setor.

O representante do Amapá ressaltou que o simpósio — promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em parceria com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados e com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) — desenrolou-se em um "clima de cordialidade e



Sebastião Rocha: simpósio foi "um grande passo"

de harmonia", apesar de todos os temores que antecederam a sua realização.

Sebastião Rocha lembrou que a medida provisória que altera a regulamentação do setor acabou por ser reeditada com a supressão dos aspectos mais polêmicos. Os pontos de discordância foram englobados em um projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso. O representante do Amapá destacou ainda a presença, na abertura do encontro, do ministro da Saúde, José Serra, e do presidente interino do Senado, Edison Lobão.

Luiz Otávio: reforma do Judiciário deve fortalecer defensoria pública

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) disse ontem que a organização da defensoria pública, com as melhorias de que necessita, será uma das grandes contribuições que se dará à reforma do Judiciário, “para que o acesso à Justiça deixe de ser uma promessa distante e passe a ser uma perspectiva real para todo cidadão”. Luiz Otávio afirmou que a defensoria pública necessita de melhor estrutura organizacional, com independência operacional, administrativa e financeira.

Lembrando que tramita no Senado a proposta de reforma do Judiciário, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Luiz Otávio lembrou que especialistas e representantes da sociedade têm sido ouvidos para garantir a participação e o reconhecimento de todos. “A reforma do Judiciário não pode ser reduzida a um mero rearranjo funcional da burocracia dos tribunais. Ela há de criar condições para que o esforço da

prestação jurisdicional vença os obstáculos que sempre enfrentou”, assinalou.

Otávio chamou a atenção do Senado para o problema do acesso à Justiça, citando números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a concentração de renda no Brasil, que faz com que os 10% mais ricos da população tenham renda 28 vezes superior à dos 40% mais pobres. “Ao apreciar o projeto de reforma do Judiciário, o Senado não pode desconsiderar esse estado de coisas”, alertou.

O senador defendeu a independência da defensoria pública como condição básica para a defesa dos carentes, uma vez que ela pode atuar contra o próprio poder público. Segundo ele, essa independência exigiria um desdobramento de ordem econômica. “De fato, de nada adiantará a proclamação da Independência se não se assegurar um correspondente orçamentário que sirva de garantia à atuação”, concluiu.



Defensoria garante acesso dos carentes à Justiça, afirmou Otávio

Moreira destaca os 29 anos de fundação da Rede Amazônica

Os 29 anos de existência da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, transcorridos dia 1º, foram comemorados ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele destacou o trabalho dos empresários Joaquim Margarido e Roberto Philippe Daou para implantar a primeira emissora brasileira integralmente projetada para operar transmissões em cores.

Após a instalação da TV Amazonas, recordou o senador, foram montadas, de setembro de 1974 a janeiro de 1975, quatro novas emissoras, localizadas em Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Macapá (AP). Paralelamente, foram construídas dezenas de retransmissoras em localidades no interior da região, atingindo as fronteiras dos países vizinhos, como Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, conforme relatou.

Moreira Mendes lembrou que naquele tempo não havia satélite ou canalização terrestre para a

distribuição do sinal, obrigando a instalação de retransmissoras não-instantâneas, o que levou a Rede Amazônica a introduzir no Brasil os aparelhos de videocassete no formato *U-matic*, na época recém-lançados pela Sony no mercado internacional. A partir de 1983, as emissoras de Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá passaram a ser afiliadas da Rede Globo, o que veio a ocorrer com a TV Amazonas em 1986.

Segundo o senador, a Rede Amazônica emprega hoje 740 profissionais entre jornalistas, radialistas, engenheiros, técnicos, pessoal administrativo, motoristas, técnicos em marketing, *designers*, artistas e contatos, além de gerar centenas de empregos indiretos.

— Com cinco geradoras e 81 retransmissoras, a Rede Amazônica se expande, se moderniza e entra na era digital, substituindo todo o seu equipamento analógico de captação, edição e exibição — disse.



Segundo Moreira, rede possui cinco geradoras e 81 retransmissoras

Mozarildo lamenta noticiário negativo sobre o Congresso

Para senador, denúncias merecem apuração dentro da lei, mas a imprensa poderia mostrar também o lado positivo da vida parlamentar

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou ontem o bombardeio de parte da mídia contra o Congresso Nacional, reproduzindo “acusações escabrosas” sobre o comportamento de alguns políticos. Para demonstrar os estragos que esse tipo de reportagem tem feito, o senador citou dados

de pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada há uma semana, segundo os quais os partidos foram desacreditados por 100% dos entrevistados e o Congresso por 99%.

Mozarildo lamentou que “as bombas lançadas” atinjam ao mesmo



Mozarildo observa que culpados e inocentes são atingidos ao mesmo tempo

tempo culpados e inocentes, ressaltando que a pesquisa revela que parte do corpo social não consegue separar “o joio do trigo”, achando que todo político é corrupto. Embora considere que muitas denúncias são realmente graves e merecem apuração dentro da lei, o senador observou que o noticiário poderia mostrar também o lado positivo do Congresso e da vida parlamentar. Para Mozarildo, alguns veículos de comunicação também deveriam fazer uma autocrítica para corrigir seus erros.

— Nunca é demais lembrar que não existe imprensa livre com Congresso fechado. Junto com o Judiciário, o Legislativo é talvez o maior pilar da democracia — afirmou.

Mozarildo disse que as pessoas esqueceram o papel desempenhado pelo Congresso em defesa da liberdade. Ele lembrou que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados tiveram participação ativa em episódios como a campanha pelas eleições diretas, o *impeachment* do presidente Fernando Collor e a anistia, entre outros, protegendo a honra nacional e acatando a vontade popular.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que a imprensa deve denunciar os deslizamentos, mas não da forma que faz.

Secretaria da Mesa explica tramitação de requerimento

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, comunicou que irá entregar ao presidente interino do Senado, Edison Lobão, na tarde de hoje, a resposta à solicitação feita pelos integrantes da comissão especial do Conselho de Ética que investiga denúncias contra o presidente licenciado, Jader Barbalho (PMDB-PA). A comissão quer saber se houve retardamento proposital na tramitação do requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que pedia informações sobre o desvio de recursos no Banco do Estado do Pará (Banpará).

O requerimento, segundo informou o senador Jefferson Péres (PDT-AM), permaneceu por 107 dias na Mesa entre a data em que foi apresentado — 5 de março — e o despacho para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) —

22 de junho. “Como Jader presidia a Casa e está envolvido no assunto, o atraso pode caracterizar que ele abusou das prerrogativas do cargo para se beneficiar, e isso é quebra de decoro parlamentar”, disse o senador, que compõe a comissão.

Carreiro informou ontem que vai explicar, no ofício, que o requerimento seguiu a rotina de qualquer proposta legislativa encaminhada à Mesa. Também vai mostrar que os procedimentos burocráticos relativos à tramitação do pedido de Dutra que dependiam da secretaria geral foram feitos de forma regular.

O secretário disse que não dispõe da data exata em que o requerimento foi encaminhado ao senador Jader, mas informou que, geralmente, a Mesa leva em torno de dois dias para enviar à Presidência os documentos resultantes das sessões do

Plenário. Esclareceu que, no dia anterior ao despacho à CCJ, Jader pediu os documentos relacionados com o requerimento, e que, assim que o processo retornou à secretaria, foi encaminhado à comissão.

NOVOS DEPOIMENTOS

O coordenador dos trabalhos da comissão de investigação do Conselho de Ética, senador Romeu Tuma (PFL-SP), colhe desde ontem, em Belém (PA), novos depoimentos de cinco pessoas envolvidas no caso Banpará, inclusive o ex-gerente da agência central do banco à época do desvio, Márcio Guerreiro.

A comissão já pediu a prorrogação dos trabalhos para o próximo dia 13, mas, de acordo com Tuma, sua intenção é apresentar o relatório ainda nesta semana aos demais integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Jader divulga ofício encaminhado em março ao BC

O presidente licenciado do Senado Federal, Jader Barbalho (PMDB-PA), divulgou ontem ofício encaminhado ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em 6 de março deste ano. Nele, Jader solicita a remessa imediata, ao Ministério Público do Estado do Pará, de qualquer relatório, documento ou conclusões sobre a fiscalização realizada pelo BC



Jader enviou ofício ao Banco Central no dia 6 de março

no Banco do Estado do Pará (Banpará) no ano de 1984.

O senador solicita ainda que, caso o documento realmente exista, seja encaminhada a ele uma cópia. Jader reitera, por duas vezes, que, ao longo de 17 anos, jamais foi chamado pelo BC para prestar qualquer infor-

mação ou se manifestar sobre qualquer apuração feita pela instituição

que envolvesse seu nome.

Ele lembra que, em 1996, pediu esclarecimentos ao então presidente do BC, Gustavo Loyola, sobre reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que o acusava de ser citado em dossiê do Banco Central. Em resposta, Loyola lhe enviou carta afirmando que seu nome não era mencionado. Jader Barbalho ressaltou não ter sido informado do documento sequer para poder exercer “o elementar direito de defesa” garantido pela Constituição.

Osmar pede o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

Para senador, não se pode admitir que o presidente da República, governadores e prefeitos comecem novas obras sem concluir as inacabadas

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) alertou para a necessidade de o Senado exigir que os governantes cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele destacou que, apesar de a legislação não permitir que a União, estados e municípios iniciem novos projetos sem concluir as obras que já estão em execução, levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou a existência de 1.055 obras inacabadas apenas no Paraná.

— Não podemos admitir que o presidente da República, governadores ou prefeitos assinem novos convênios e comecem novas obras sem que sejam dadas soluções adequadas para as obras não concluídas. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que governantes que iniciam obras e não concluem as já em execução estão desrespeitando a lei. Portanto, devem ser processados por crime de responsabilidade — afirmou Osmar Dias.

Registrando que o problema das



Osmar alertou para necessidade de o Senado exigir respeito à legislação pelos governantes

obras inacabadas atinge praticamente todo o Brasil, Osmar Dias informou que, de acordo com o mesmo levantamento do TCU, os recursos investidos em obras que não foram concluídas no Paraná chegaram a R\$ 700 milhões. Este valor, estimou o senador, baseado em cálculos da Fundação Getúlio Vargas, seria suficiente para dar emprego, casa, saúde e educação para quase todos os 2 milhões de

paranaenses que estão abaixo da linha de pobreza.

Entre as obras inacabadas do Paraná, Osmar Dias citou a construção do Fórum Cível de Curitiba, iniciada em 1981. O senador afirmou que, das 1.055 obras inacabadas do Paraná, cerca de 930 são de responsabilidade do governo do estado. Desse total, 288 são escolas.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) disse que, se todas as obras fossem concluídas e não houvesse desperdício de dinheiro, o Brasil não seria considerado hoje um dos que têm a pior distribuição de renda do mundo. Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) informou que o ex-governador de Rondônia Valdir Raupp deixou várias obras apenas iniciadas, que tiveram apenas objetivos eleitorais. O senador Lauro Campos (PDT-DF) também apontou a falta de ética e o desrespeito com a população por parte dos governantes que se utilizam dessa prática.

Amir Lando denuncia desmonte do sistema nacional de planejamento

Na esteira das crises vividas pela economia brasileira nas últimas décadas, o país assistiu a um processo de desmonte do sistema nacional de planejamento, em todas as esferas de poder. A afirmação é do senador Amir Lando (PMDB-RO), que não vê esse fenômeno como fato isolado. “Ele se insere num contexto maior de dominação e de imposição de interesses exógenos destruidores de autodeterminação”, diz o parlamentar, para quem o país é, hoje, “refém dos credores”. O que se desmontou na verdade, acredita o senador, “foi o Estado brasileiro como um todo, que perdeu seu poder de decisão”.

Para Amir Lando, quem decide agora, no Brasil, é o mercado. O governo federal, segundo ele, passou a ser “mero gestor desse mercado, enquanto os prefeitos e governadores viraram gestores da crise”. No entender do parlamentar, as últimas décadas formam a chamada “era dos economistas, que contraditoriamente foi marcada pelos períodos de maior crise da economia brasi-

leira, alguns inclusive considerados como anos perdidos e pelo desmonte do planejamento”.

Dentro desse quadro, na sua avaliação, as instituições diretamente ligadas ao planejamento foram quase que completamente esvaziadas, o pensamento de longo prazo foi tachado pejorativamente de exercício de futurologia e as grandes questões nacionais passaram a receber “tratamentos segmentados, numa verdadeira luta por sobrevivências institucionais, instituições estas que, ao invés de se complementarem e se integrarem, como no melhor conceito de planejamento, passaram a se digladiar por espaços e recursos”.

E é justamente a “simetria” entre crise e planejamento que pode possibilitar, segundo Lando, o primeiro passo para a remontagem do Estado brasileiro em novas bases. O caminho é “de baixo para cima”, destacou. Ele acredita que a partir do município será possível “reinventar” o país e definir nova prática para a administração pública.



Lando: a partir do município será possível definir uma nova política para a administração

— Não se quer, com isso, reduzir os problemas nacionais ou escamoteá-los. Ao contrário, com essa perspectiva legitimada é que se quer lançar as bases para a definição de um plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional. A prioridade do mercado interno e a utilização das vantagens comparativas do país, por exemplo, são questões quase que automáticas numa concepção de desenvolvimento a partir do local, do município — conclui.



Lauro afirma que palavra de ordem de FHC é inversão do que o governo vinha fazendo

“Exportar ou morrer” é criticado por Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou ontem a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o país precisa “exportar ou morrer”. Essa palavra de ordem, segundo Lauro Campos, é uma inversão do que foi feito nos dois governos de Fernando Henrique. “Nos abarrotares com importados a preços subsidiados pelo câmbio, a fim de achar os preços internos, como se a inflação fosse a única meta a ser combatida”, afirmou. Os que conseguiram escapar da enchente de importações subsidiadas, acrescentou, agora “vão morrer se não exportarem”.

Para o senador, os empresários nacionais foram destruídos e tiveram que se vender ao capital estrangeiro a preço de banana. “Os países dominados tive-

ram sempre o vício de importar medidas que os países dominadores impõem. O Plano Real é uma prova disso e nem o FMI acreditava que daria certo. Não contavam com a capacidade de ser sobrevivente do povo brasileiro”, disse.

Citando Karl Marx, Lauro Campos afirmou que, do ponto de vista do exportador, quanto mais exportar melhor, mas, para a nação como um todo, é um péssimo negócio. “O país transfere riqueza líquida para o exterior”, explicou. O senador manifestou-se contra a inflação, mas também contra a deflação, que a seu ver é pior, por provocar a retração da economia. “E é só isso que o capitalismo tem para nos oferecer, ou inflação ou deflação”, completou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O presidente do Sindicato de Hospitais de Brasília, dr. José Carlos Daher, e o dr. Carlos Carpaneda, presidente da Sociedade de Cirurgia Plástica de Brasília, falam sobre normas para o uso do silicone na medicina.
7h30 — *Entrevista* — José Fogaça fala sobre a regulamentação do comércio eletrônico
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo, doença na família — Parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Alagoas
9h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais — Audiência com o presidente do Conselho Federal de Medicina, dr.

Edson de Oliveira, sobre projeto que estabelece normas para o uso médico do silicone (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária — (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Lindberg propõe união para melhorar salário de servidor

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu ontem “uma conjugação de forças para mudar a posição irreduzível do governo” no que diz respeito ao índice de 3,5% de reajuste prometido ao funcionalismo público. O senador lamentou a situação dos servidores, há mais de sete anos sem reajuste, e ressaltou que, em Brasília, a situação torna-se ainda mais preocupante, uma vez que a economia da cidade depende dos salários do funcionalismo.

— São mais de 320 mil servidores que ajudam a girar a roda da economia. Não dá para separar. Quando um vai mal, o outro também vai — afirmou, destacando que arrocho semelhante não tem precedentes na história do país sem inflação.

Embora reconhecendo o sucesso do governo no controle da inflação, Lindberg Cury disse que é preciso encontrar caminhos que garantam a estabilidade econômica sem o sacrifício das classes produtivas — empresariais e trabalhadoras. Ele acrescentou



Lindberg: falta de reajuste tem reflexos negativos em Brasília

que, no momento em que o Orçamento 2002 começa a ser discutido, esse assunto não pode ser deixado de lado, “dependendo apenas da boa vontade dos burocratas e economistas do governo”.

O senador registrou sua participação em seminário realizado na semana passada, na Câmara dos Deputados, reunindo parlamentares, representantes de entidades patronais e de trabalhadores, patrocinado pelo Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) e pela Associação Comercial do Distrito Federal, da qual é ex-presidente. Na ocasião, lembrou, todos defenderam reajuste maior para o funcionalismo.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse concordar sobre a necessidade de um reajuste superior aos 3,5% oferecidos pelo governo ao funcionalismo. Ele pediu também que sejam esclarecidas informações de que o ministro do Planejamento, Martus Tavares, estaria pressionando os presidentes do Senado e da Câmara para que não paguem os atrasados de 11,98% relativos à correção da URV desde 1994, já ganhos na Justiça pelos funcionários das duas Casas.

Suassuna sugere que governo cobre dívidas para dar reajustes maiores

Na opinião do senador, Congresso poderá melhorar a previsão de aumento do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores contida no projeto do Orçamento de 2002

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o Congresso Nacional poderá aumentar a previsão de reajuste do salário mínimo e para o funcionalismo federal contida no projeto do Orçamento de 2002. “Para sustentar esses aumentos, bastaria o governo receber uma parte da enorme dívida que tem a receber, principalmente de empresários, e que soma R\$ 187 bilhões”, sustentou.

Na proposta enviada na sexta-feira aos parlamentares, que deve ser



Ney Suassuna afirma que o governo tem R\$ 187 bilhões a receber

votada até 15 de dezembro, o Executivo prevê um reajuste salarial para todo o funcionalismo de 3,5% e de aproximadamente 5% para o salário mínimo — que passaria dos atuais R\$ 180 para R\$ 189 em 2002.

Ao lado dos baixos reajustes do mínimo e do funcionalismo,

Ney Suassuna aponta outro problema na proposta: a previsão de que o governo poderá contar, no próximo ano, com a cobrança de previdência dos inativos federais, cuja ar-

recadação chegaria a R\$ 1,4 bilhão.

— O Congresso já deu mostras de que não está disposto a aprovar essa cobrança agora. Por que insistir? — indagou.

A inclusão da cobrança, na opinião de Suassuna, só piora a situação, pois o governo acabará sendo obrigado a cortar despesas nesse mesmo valor. Esta é a segunda vez consecutiva que o Executivo coloca a “verba condicionada” em sua proposta orçamentária, lembrou.

Suassuna manifestou-se pessimista com a previsão de que o governo quer gastar 14% a mais (cerca de R\$ 15 bilhões) em projetos sociais, em 2002, ano de eleições. Para ele, por se tratar de um projeto orça-

mentário apenas autorizativo, nada garante que, no final, o governo federal irá realmente aplicar tais valores em projetos da área social.

O Orçamento de 2002 deverá chegar hoje à Comissão Mista de Orçamento, que irá examiná-lo nos próximos três meses e meio. Por acordo partidário, a peça será relatada pelo deputado Sampaio Dória (PSDB-SP). O deputado contará com a ajuda de um grupo de parlamentares para encontrar fórmulas de conceder um reajuste acima de 3,5% para o funcionalismo federal. O grupo foi encarregado do trabalho por indicação do presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Comissão de Orçamento examina créditos suplementares

O presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional pedido de crédito suplementar no valor de R\$ 91,136 milhões, a ser destacado do Orçamento fiscal e da Seguridade Social deste ano. O pedido deverá ser analisado pela comissão mista, hoje, a partir das 14h30.

Os recursos pleiteados pelo

governo destinam-se à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (R\$ 17,9 milhões); à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (R\$ 1,37 milhão); ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do Ministério dos Transportes (R\$ 3 milhões); e ao Ministério

da Defesa (R\$ 68,88 milhões).

Segundo exposição de motivos apresentada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o crédito destina-se, preferencialmente, à amortização e pagamento de juros e encargos das dívidas interna e externa contraídas pelos organismos citados.

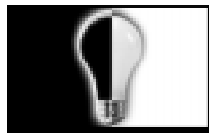
Também deverá ser examinado outro pedido de abertura de cré-

dito suplementar ao Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 11,87 milhões, além de várias solicitações de execução orçamentária para rodovias federais.

A Comissão de Orçamento deverá apreciar, na mesma reunião, o primeiro relatório das novas estimativas das contas públicas federais, elaborado após decorrido o primeiro bimestre deste ano, pelo Ministério do Planejamento.

Álvaro Dias propõe ação popular contra venda da Copel

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) propôs ação popular, junto ao Poder



Judiciário do Paraná, para impedir a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Ele entende que a decisão do governo paranaense de vender a empresa é lesiva aos interesses da população. “Em pesquisas de opinião, 94% dos entrevistados se manifestaram contrários à venda e irei até as últimas conseqüências para defender seus direitos”, garantiu.

Segundo o senador, a população

fica mais pobre a cada privatização equivocada, como é o caso da Copel, que estará sendo vendida por menos da metade de seu valor real. Ele se manifestou favorável à venda de estatais ineficientes e sem recursos para investir, mas totalmente contrário à alienação de empresas rentáveis e competitivas como a Copel, principalmente se for para o capital estrangeiro.



Álvaro afirma que venda da Copel é lesiva aos interesses da população

O senador traçou um perfil da Copel, enfatizando seus programas sociais de bolsas de trabalho, oferecimento de estágios, apoio a deficientes, alfabetização e redução de tarifas entre 33% e 65% para populações de baixa renda e entidades que abrigam crianças e idosos carentes ou deficientes.

Conforme Álvaro Dias, a empresa constrói usinas hidrelétricas e termelétricas com preocupação ambi-

ental e investe na formação técnica de empregados e executivos. “Gostaria de saber se uma multinacional, ao comprar a Copel, manterá esses programas. A única preocupação do capital estrangeiro é maximizar seus lucros”, ressaltou.

Em aparte, o senador Iris Rezen-de (PMDB-GO) elogiou a insistência com que Álvaro Dias tem se posicionado contra a venda da Copel. “Assim que o edital de venda da Centrais Elétricas de Goiás for publicado, também pretendo lutar contra essa medida, por entender que a empresa é patrimônio relevante do povo goiano”, afirmou.

Comissão especial de energia avalia visita a usinas hidrelétricas

Vídeo de recente visita realizada pela comissão especial mista sobre a crise de energia às usinas hidrelétricas de Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó, na Bahia, será exibido hoje, a partir das 15h30, em reunião administrativa do colegiado. Na oportunidade, também serão discutidos e votados requerimentos para con-

vocação de novas audiências públicas sobre o assunto.

Na semana passada, a comissão, presidida pelo deputado federal Antônio Cambraia (PSDB-CE), ouviu dirigentes de estatais do setor elétrico. Em audiências públicas anteriores, professores universitários que estudam a questão já haviam

criticado a área econômica do governo por ter impedido investimentos das empresas na ampliação da geração de energia elétrica no país. Sob o argumento de manter o superávit primário nas contas públicas próximo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), o governo federal teria inviabilizado investimentos das es-

tatais do setor.

Diante desse quadro, os parlamentares que integram a comissão questionaram os dirigentes das estatais sobre a quantidade de energia elétrica que deixou de ser gerada no país, nos últimos anos, em função da política adotada pela equipe econômica.

CCJ pode votar amanhã cotas para negros

Segundo Sebastião Rocha, já está pronto seu parecer ao projeto de José Sarney que garante aos afro-brasileiros 20% das vagas em empregos públicos e universidades e dos financiamentos para curso superior. A aprovação da proposta é oportuna, disse

O relatório apresentado ao projeto de lei que estabelece cotas de 20% para negros no acesso a cargos e empregos públicos, à educação de nível superior e a contratos de financiamento para cursos superiores estará pronto para ser votado na reunião de amanhã da Comissão



Sebastião Rocha elaborou parecer favorável ao projeto

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A garantia foi dada pelo relator da matéria na comissão, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), em pronunciamento

em Plenário.

O parlamentar anunciou que o voto será favorável à aprovação da proposta do seu colega de bancada, senador José Sarney (PMDB-AP). Ele lembrou que há outras parcelas da população que também necessitam de proteção, mas ressaltou que o projeto é socialmente justo. Rocha considera oportuno que a proposta seja aprovada ao mesmo tempo em que se desenvolve em Durban, África do Sul, a Conferên-

cia Mundial contra o Racismo, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sebastião Rocha, que assumiu a relatoria do projeto em 14 de abril, lembrou que a matéria tramita na CCJ desde novembro de 1999. Ele disse estar convencido de que Congresso Nacional deve regulamentar a matéria, mas defendeu a realização de debates para aperfeiçoar a proposta. E acrescentou que seu partido tem, como um dos pontos programáticos, a valorização da população negra e que o ex-senador pelo PDT Abdias Nascimento foi um defensor dos afro-brasileiros.

Maldaner elogia programas no DF em benefício da mulher

Ao elogiar os programas desenvolvidos pelo Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, como o de Prevenção e Combate à Violência Intrafamiliar e o de Saúde Integral da Mulher, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o trabalho realizado "é tão louvável e emblemático" que pode tornar-se exemplo para ações afirmativas em outros estados.

— Sua iniciativa tem-se coroado de tal eficácia e êxito que transpô-la para outras regiões torna-se quase obrigatório — disse.

O senador referiu-se também à Casa Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência, que proporciona orientação judicial, assistência médica e psicológica, terapias alternativas e preparação para inserção no mercado de trabalho. Para Casildo Maldaner, a atuação do conselho "é digna de todo o louvor".

— Muito se fala que as mulheres vítimas de violência devem procurar as delegacias e denunciar seus agressores. É fácil falar isso,

mas muito difícil fazer. Como a mulher vai denunciar, por exemplo, um parceiro que lhe causa agressão e logo depois voltar para casa e ficar à mercê de retaliações porque o delatou? Ou como uma criança pode denunciar o pai ou o padrasto que a molesta e continuar morando na mesma casa, mais sujeita do que antes à vingança ou ira de seu agressor?

Casildo Maldaner registrou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a violência doméstica como problema de saúde pública, por afetar a integridade física e a saúde mental das mulheres. No Brasil, disse, a cada quatro minutos, segundo consta, uma mulher é agredida em seu próprio lar por pessoa com quem mantém relação de afeto.



Casildo Maldaner: trabalho "é louvável e emblemático"

Projetos especiais aproximam o Senado da população

A possibilidade de o cidadão discutir diretamente com os senadores existe. Os temas são variados, como mudanças na legislação, propostas de novas leis, críticas e sugestões para a melhoria do trabalho legislativo. O serviço, oferecido pela Subsecretaria de Projetos Especiais, da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, chama-se Chat dos Senadores, um bate-papo virtual. Por intermédio dele a conversa ocorre sem nenhuma intermediação.

Os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC) e Lindberg Cury (PFL-DF), que já usaram o serviço, aprovaram o serviço plenamente. Marina Silva, por exemplo, respondeu perguntas de quase 400 internautas sobre política ambiental

e agricultura no Brasil.

A Subsecretaria de Projetos Especiais também desenvolve campanhas institucionais para o Senado. Uma das mais exitosas foi a campanha para conscientizar os servidores da necessidade de se evitar o desperdício de energia elétrica. O trabalho ajudou na obtenção de índices de economia bem superiores aos 20% fixados pelo governo federal.

A peça publicitária criada pela subsecretaria traz uma vela se formando dentro da primeira lâmpada. Gradativamente a lâmpada se apaga e a vela aparece por inteiro. A frase "A energia pode acabar assim" finaliza a mensagem.

São feitas ainda campanhas para facilitar a busca de informações sobre o Senado. A mais recente foi o lançamento do Catálogo de Serviços da Secretaria de Comunicação Social. O ca-



Bate-papo na Internet com Marina Silva foi iniciativa da subsecretaria

tálogo, na versão eletrônica e impressa, é um guia completo sobre os serviços oferecidos pela secretaria. Com ele ficou mais fácil conhecer o trabalho realizado pela TV, rádio, jornal, agência de notícias, relações públicas, assessoria de imprensa e projetos especiais. Serviços que estão a serviço da transparência, cultura, informação e cidadania. O catálogo está disponível no endereço www.senado.gov.br/catalogo_secs.

Compete à Subsecretaria de Projetos Especiais desenvolver novas tecnologias de comunicação, como a criação das páginas da Secretaria da Comunicação Social na Internet. Outro serviço é o Senadores na Mídia, que traz, diariamente, matérias veiculadas em jornais de circulação nacional relacionadas às atividades dos senadores. O serviço está disponível no *site* do Senado e qualquer cidadão pode acessá-lo. Há ainda o *clipping* O Senado nos Jornais, que faz resenha do que é publicado na imprensa sobre o Senado.



Subsecretaria de Projetos Especiais organizou catálogo eletrônico sobre serviços de comunicação do Senado

Patrocínio faz homenagem a pioneiro do transplante cardíaco

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) homenageou, em nome do Senado, o médico-cirurgião sul-africano Christiaan Barnard, o pioneiro dos transplantes cardíacos, falecido domingo. Ele ressaltou o fato de que alguns dos primeiros pacientes transplantados ainda estão vivendo, 25 anos após a cirurgia cardíaca.

Patrocínio argumentou que a real importância do transplante de coração pode ser aquilatada pelas estatísticas mundiais, segundo as quais as mortes por doenças cardiocirculatórias são mais numerosas do que a soma dos óbitos decorrentes de câncer e acidentes somados.

O senador pelo Tocantins, que é médico, lembrou as numerosas cirurgias feitas pelo pioneiro dos transplantes cardíacos no Brasil,

Euryclides de Jesus Zerbini, também falecido. "Hoje essa cirurgia se banalizou de tal forma que até a minha pequena cidade natal, Araguaína (TO), já se prepara para realizar a cirurgia, depois de obter seu aparelho de hemodinâmica".

Patrocínio lembrou que foram os transplantes de coração que, pelo seu ineditismo, levaram o Congresso brasileiro a aprovar a lei de doação de órgãos. A medida, disse, multiplicou o número de doações e de transplantes, embora ainda não esteja funcionando tão bem quanto poderia.



Patrocínio: primeiros transplantados ainda estão vivos

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Carlos Patrocínio e Lindberg Cury